

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1. Uma história que continua.....	17
2. Propósitos e premissas do livro	18
3. Estrutura do livro	25
Capítulo I	
OMISSÃO INCONSTITUCIONAL: A VISÃO TRADICIONAL DA DOCTRINA BRASILEIRA	27
1. A relevância da inconstitucionalidade por omissão	27
2. A expansão mundial do controle de constitucionalidade da omissão normativa	30
3. Conceito, espécies e pressupostos da omissão inconstitucional...	33
4. A concepção tradicional da doutrina brasileira	39
5. Os limites da evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	48
6. A necessidade de revisão da concepção tradicional	56
Capítulo II	
A TUTELA DEFICIENTE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO OMISSÃO INCONSTITUCIONAL	59
1. Vícios teóricos a serem revisados	59
2. A questão é de atuação da norma constitucional, não de estru- tura dos enunciados normativos	63
3. O problema é de efetividade de direitos fundamentais, não de <i>eficácia jurídico-formal</i> dos dispositivos constitucionais.....	69

4. O escopo é a concretização da Constituição como um todo, não de preceitos constitucionais particulares.....	75
5. Consequências político-institucionais dramáticas.....	77
6. Um novo olhar: a tutela insuficiente de direitos fundamentais como omissão normativa inconstitucional	80
6.1. Direitos fundamentais em sua dimensão objetiva e deveres de proteção.....	80
6.2. Princípio da proporcionalidade e proibição da proteção insuficiente de direitos fundamentais	88
7. Um passo a mais: falhas estruturais como hipótese de omissão inconstitucional	95

Capítulo III

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL.....	101
1. Apresentando o estado de coisas inconstitucional.....	101
2. Uma visão geral da jurisprudência ativista da Corte Constitucional colombiana.....	105
2.1. O controle das práticas políticas e das ações dos Poderes Executivo e Legislativo	107
2.1.1. O controle judicial das declarações de estado de exceção	107
2.1.2. O controle de constitucionalidade da reeleição presidencial.....	109
2.2. A promoção dos direitos fundamentais, sociais e econômicos	113
2.2.1. O caso dos devedores hipotecários.....	115
2.2.2. O reconhecimento judicial dos direitos dos homossexuais	118
3. Evolução da jurisprudência da Corte Constitucional colombiana em torno do estado de coisas inconstitucional.....	126
3.1. O caso dos docentes municipais.....	127
3.2. O direito de petição dos aposentados e a ineficiência administrativa.....	132
3.3. O caso do sistema carcerário colombiano	134
3.4. O caso da não convocação de concurso público para notários.....	142
3.5. O caso dos defensores de direitos humanos.....	144

3.6. A mora no pagamento das verbas de aposentadoria.....	145
3.7. O caso do deslocamento forçado.....	149
4. Elementos descritivos de implicações normativas.....	160

Capítulo IV

TEORIZANDO O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: FUNDAMENTOS, PRESSUPOSTOS E AS SENTENÇAS ESTRUTURAIS

1. Há espaço para uma “doutrina do estado de coisas inconstitucional”?.....	161
2. Fundamentos filosóficos e jurídicos do estado de coisas inconstitucional.....	163
3. Objeto principal: direitos sociais e econômicos e políticas públicas.....	168
4. Os ciclos do estado de coisas inconstitucional na Corte Constitucional colombiana.....	169
5. O estado de coisas inconstitucional no Direito Comparado	175
6. Conceito e pressupostos do estado de coisas inconstitucional....	183
8. Os efeitos da decisão que declara o estado de coisas inconstitucional.....	212
9. Relevância do monitoramento.....	216
10. Critérios de superação do estado de coisas inconstitucional.....	218
11. O “estado de coisas inconstitucional” no contexto político-democrático	222

Capítulo V

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL, ATIVISMO JUDICIAL ESTRUTURAL E DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS

1. Os termos do debate.....	225
2. O estado de coisas inconstitucional como ativismo judicial estrutural	227
3. As objeções de ordens democrática e institucional	234
3.1. As objeções de ordem democrática	234
3.1.1. A fórmula thayeriana de deferência judicial.....	236
3.1.2. O valor fundamental do autogoverno popular.....	238
3.1.3. Constitucionalismo popular <i>v.</i> supremacia judicial....	241
3.2. As objeções de ordem institucional	245

3.3. Os limites às objeções	247
4. A resposta dialógica	248
5. A legitimidade do “ativismo judicial estrutural dialógico”	252
5.1. Superando bloqueios políticos.....	253
5.2. Superando bloqueios institucionais.....	255
5.3. Aumentando a deliberação e a participação popular.....	257
5.4. Evitando a supremacia judicial	258
6. Uma construção teórica para o Brasil?	264

Capítulo VI

UMA AGENDA PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL RELATIVO AO SISTEMA CARCERÁRIO	267
1. O estado de coisas inconstitucional como possibilidade para o Brasil	267
2. O vergonhoso sistema carcerário brasileiro	275
3. A configuração do estado de coisas inconstitucional	278
4. A intervenção possível do Supremo Tribunal Federal.....	287
5. A ADPF nº 347/DF.....	295
6. Críticas formuladas e respostas de legitimidade	302
6.1. As objeções da ubiquidade e do uso difuso.....	305
6.2. Os riscos de subjetivismo decisório	312
6.3. Ameaça à democracia?.....	314
6.4. Violação à separação de poderes?.....	321
6.5. A alternativa do “compromisso significativo” (<i>meaningful engagement</i>)	326
6.6. O perigo da inefetividade.....	331
6.7. O pós-MC na ADPF 347	339
7. Conclusão.....	343
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	349